



Política de Investimentos 2008-2012

A Política de Investimentos dos planos administrados pela Petros para o período 2008-2012 mantém as diretrizes básicas já estabelecidas nas políticas anteriores.

Esse ENCARTE ESPECIAL aponta o cenário macroeconômico que norteou sua elaboração bem como a alocação de ativos sugerida para o período.

(LEIA A ÍNTEGRA NO PORTAL DA PETROS – www.petros.com.br)

1. AVALIAÇÃO DE CENÁRIO MACROECONÔMICO DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO

A economia mundial passou por momentos difíceis em 2007. A economia americana esteve no centro das atenções com a crise no mercado imobiliário alterando a percepção de risco.

Um dos fatores primordiais por trás da recente bolha do mercado imobiliário americano foi a excessiva liquidez mundial vivida nos últimos anos. A procura por retornos elevados gerou a valorização excessiva de determinados ativos e o preço das residências americanas é apenas um exemplo das bolhas geradas.

O sistema bancário americano e de diversos países necessitou de injeções de liquidez proporcionada pelos Bancos Centrais. No caso americano, a injeção de recursos no mercado bancário veio acompanhada de reduções na taxa básica de juros e de quedas sucessivas do mercado acionário, contidas ainda com alta volatilidade.

A crise do mercado americano ocorre justamente em momento de crescimento mundial sólido, com os países emergentes em processo de fortalecimento. Essa consolidação dos países emergentes está proporcionando um pilar importante no processo atual de estabilização do crescimento mundial. Felizmente, os riscos dos países emergentes ainda representam a percepção dos investidores na melhora dos fundamentos e uma alternativa rentável de investimento. Os principais indicadores de solvência dos países emergentes justificam esse cenário e afastam a possibilidade da existência de uma bolha. Tanto a relação dívida externa em função do PIB e do saldo em conta corrente mostram que não há temores de *default* nesses países.

As projeções do FMI mostram um crescimento global projetado de 4,8% em 2008, o que significa uma redução residual

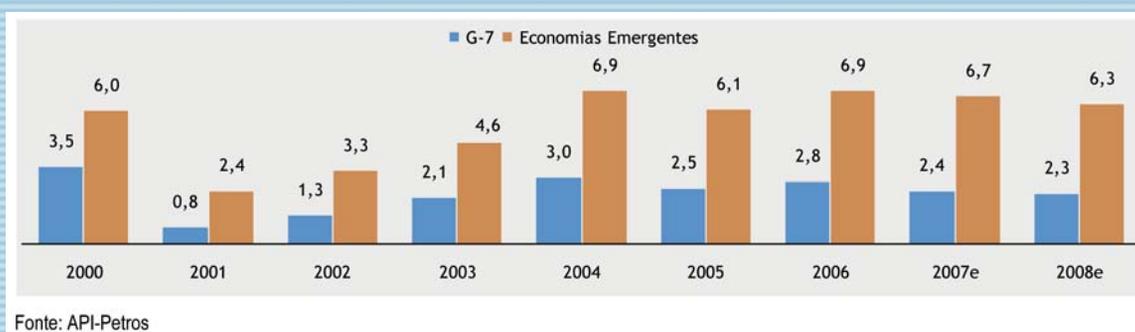
de 0,1% de sua última divulgação. Nos países emergentes, a perspectiva de crescimento ainda é muito boa. Caso se confirme o crescimento nos países emergentes, será o décimo quinto ano consecutivo de expansão da atividade. De certa forma, podemos afirmar que a expansão dos países emergentes consegue compensar a desaceleração dos países desenvolvidos **(Veja gráfico abaixo)**.

No cenário de leve acomodação da economia americana (assumido pela API-Petros como o mais provável) aos choques do mercado de crédito, imobiliário e do petróleo, a perspectiva é muito favorável para os países emergentes. A continuidade da liquidez tende a permitir que se complete o processo de convergência, que poderá significar a manutenção da trajetória de redução das taxas de juros dos títulos soberanos e melhorias nas avaliações das principais agências internacionais de risco.

De maneira geral, o que se espera é uma desaceleração da economia americana compensada por uma expansão dos países emergentes. O investimento e o mercado de crédito para países emergentes tendem a seguir sólidos, o que permite a continuidade da "blindagem" dessas economias frente à desaceleração dos Estados Unidos.

O balanço de risco ainda é assimétrico, tendendo para o cenário otimista. Na hipótese pessimista, o Banco Central americano reduz abruptamente a taxa de juros a fim de evitar uma prolongada e dolorosa recessão. A taxa básica americana nesse cenário pode chegar a 3% e as *commodities* internacionais passam por um severo ajuste. Nesse contexto, a economia brasileira seria atingida pela desvalorização do real e a interrupção da trajetória de queda da taxa Selic.

CRESCIMENTO ECONÔMICO GLOBAL - G7 X EMERGENTES



2. AVALIAÇÃO DO CENÁRIO BRASILEIRO

Após um longo período de volatilidade no crescimento da economia brasileira, o PIB deve seguir sua trajetória de alta em 2008. O ciclo atual de crescimento é de longe o maior dos últimos tempos e já contabiliza 16 trimestres. Um fato interessante a se destacar é que há uma maior previsibilidade de crescimento da atividade, o que permite a economia real fazer sua trajetória de investimentos com maior segurança. Esse cenário de estabilidade só é possível devido à estabilização da inflação e da redução da vulnerabilidade externa.

Diferentemente do passado, o atual ciclo traz o Consumo das Famílias atrelado ao Investimento. Esse perfil de crescimento permite que não haja significativas pressões inflacionárias.

A projeção para o crescimento do PIB em 2008 é de 4,7% – que pode ser decomposto em 4,4% de indústria, 4,6% serviços e 4,8% agropecuária. A análise pela ótica da demanda mostra crescimento de 8,9% da Formação Bruta de Capital Fixo, valor que corrobora a tese de crescimento sustentado.

A inflação em 2008 deve mostrar um perfil muito semelhante a 2007 – não-duráveis (alimentos) e serviços pressionam, duráveis e semi-duráveis permanecem estáveis. A projeção para o IPCA é de 4,3%, enquanto no IGP-M a variação esperada é de 4,9%.

Desagregando a inflação em bens e serviços, nota-se claramente que bens vêm acelerando nos últimos meses. Esse avanço é explicado em grande parte pela evolução dos preços dos alimentos, que sofrem pelo choque de oferta agrícola (dado pelo avanço das *commodities*: milho, soja e trigo no mercado internacional).

O núcleo da inflação medido pela API-Petros mostra inflação de 4,2% (70% núcleo de serviços + 30% núcleo bens), valor muito próximo do acumulado pelo índice cheio, que sugere estabilidade do IPCA em 12 meses.

Nesse cenário de inflação medida em 12 meses, próximo da meta, fica muito difícil o Banco Central reduzir a taxa Selic no primeiro semestre de 2008. O mais provável é que reduções ocorram no final do ano, com a inflação em 12 meses recuando abaixo de 4%. Essa estimativa de taxa de juros é confirmada pelo aquecimento da atividade industrial. Há um crescimento muito forte da indústria, mas que não é suficiente para aumentar a capacidade instalada da economia, devido ao também forte ritmo do consumo. Logo, o espaço para cortes de juros fica mais apertado, dado os sinais do BC nos últimos anos.

A dificuldade em desapertar a política monetária mantém o Brasil com elevada taxa real de juros. Apesar da redução em relação aos últimos 15 anos, o patamar de 7% a.a.

projetado para 2008 ainda é desproporcionalmente alto, se comparado com os demais países emergentes. Esse nível de juros real, considerado muito acima do equilíbrio pela paridade de juros (taxa real Tips de 10 anos americana 1,99% + risco país 2,25% + desvalorização esperada 0% = 4,25%), tende a estimular o influxo de dólares, que corrobora o cenário esperado de outro ano de apreciação da taxa de câmbio doméstica.

No geral, a perspectiva para a economia brasileira é positiva para 2008. O país deve alcançar o grau de investimento durante o ano, fato que marca a convergência da economia brasileira para o padrão internacional. A taxa real de juros deve convergir para 5% ao longo dos próximos anos, compatibilizando também o retorno exigido pelo mercado para remuneração da dívida brasileira. **(Conforme pode ser verificado nas projeções ao lado).**

CENÁRIO MACROECONÔMICO

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
PIB (%)	3,00	5,00	4,70	4,30	4,30	4,30	4,30
Superávit Primário	4,25	3,85	3,60	3,00	3,00	3,00	2,75
Dívida Líquida	50,00	43,40	40,50	37,97	35,33	32,54	29,94
Selic Média	15,06	11,92	10,96	10,00	9,50	9,00	8,75
IPCA	3,05	4,15	4,29	4,25	4,00	3,90	3,80
Juros Reais (ex-post)	11,65	7,46	6,40	5,52	5,29	4,91	4,77
Risco País (Embi)	210,00	220,00	130,00	110,00	100,00	80,00	80,00
Taxa Média de Câmbio	2,18	1,94	1,69	1,75	1,79	1,82	1,86

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
PIB (%)	4,30	4,30	4,30	4,30	4,30	4,30	4,30
Superávit Primário	2,25	2,00	1,75	1,50	1,25	1,00	0,50
Dívida Líquida	27,85	25,97	24,35	22,92	21,73	20,74	20,25
Selic Média	8,75	8,50	8,50	8,25	8,25	8,00	8,00
IPCA	3,70	3,60	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50
Juros Reais (ex-post)	4,87	4,73	4,83	4,59	4,59	4,35	4,35
Risco País (Embi)	80,00	80,00	80,00	80,00	80,00	80,00	80,00
Taxa Média de Câmbio	1,90	1,93	1,97	2,00	2,04	2,07	2,10

	2020	2021	2022	2023	2024	2025
PIB (%)	4,30	4,30	4,30	4,30	4,30	4,30
Superávit Primário	0,50	0,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Líquida	19,76	19,27	19,28	19,28	19,29	19,30
Selic Média	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00
IPCA	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50
Juros Reais (ex-post)	4,35	4,35	4,35	4,35	4,35	4,35
Risco País (Embi)	80,00	80,00	80,00	80,00	80,00	80,00
Taxa Média de Câmbio	2,14	2,17	2,21	2,24	2,28	2,32

3. ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Com a perspectiva de manutenção de um cenário macroeconômico favorável para os próximos anos, será mantida a estratégia de diversificação dos investimentos iniciada em 2003, com o objetivo de realizar uma alocação dos recursos garantidores de cada um dos planos administrados pela Petros visando obter uma rentabilidade sólida de longo prazo, baseada em princípios de Investimentos Socialmente Responsáveis.

Além disso, também estabelecemos as diretrizes para aplicação de recursos que contemplam tabelas com os limites mínimos e máximos. Reforçamos que os horizontes dos limites máximos e mínimos das diretrizes são de 5 anos, compatíveis com estratégias de longo prazo que maximizam a rentabilidade.

Esses referenciais são guias para os gestores da Petros, tanto da parte dos executores (Diretoria, gerentes e empregados em geral) quanto dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, no sentido do acompanhamento e avaliação da evolução das carteiras de investimentos com uma perspectiva de médio e longo. Não cabe, portanto, neste acompanhamento o uso das palavras "enquadramento" ou "desenquadramentos", pois os limites fixados nas Políticas de Investimento estão devidamente enquadrados nos parâmetros legais exigidos para as carteiras de investimento de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, como a Petros.

PRINCÍPIOS NORTEADORES

Os princípios norteadores da alocação de recursos da Petros têm como objetivo formar uma carteira que permita atingir uma relação risco/retorno/liquidez capaz de possibilitar à Petros cumprir da forma mais segura seu maior objetivo: pagar os benefícios aos quais têm direito seus participantes.

Sendo assim, a prospecção de novas oportunidades de investimento, sobretudo em projetos que tenham forte impacto econômico e social, não pode prescindir da segurança, conferida por uma adequada estruturação de garantias, da liquidez ajustada à necessidade dos compromissos atuariais e da rentabilidade compatível com os riscos envolvidos em cada tipo de investimento, sob uma perspectiva de longo prazo.

Desta feita, listam-se abaixo os princípios que norteiam a decisão de alocação de recursos em investimentos de longo prazo na Petros:

✓ **Responsabilidade social.** Investir em projetos/empresas que primem pelo respeito e observância das melhores práticas do ponto de vista da responsabilidade social, ou seja, que minimizem os efeitos nocivos sobre o meio ambiente e a sociedade da implantação e/ou operação do investimento, que demonstrem transparência dos seus negócios, não somente no âmbito contábil, mas também com relação aos prováveis impactos sócio-ambientais e, além disso, que maximizem o bem-estar social, gerando rentabilidade compatível com as características do empreendimento. Empresas em que a Petros tem participação no bloco de controle devem ser geridas seguindo boas práticas de governança corporativa e Responsabilidade Social. Ao longo de 2008, será amplamente divulgado – para as empresas, gestores e demais parceiros de investimento da Petros – que todas as decisões de investimento da Fundação a partir de 2009 estarão condicionadas ao compromisso explícito destes parceiros (empresas, gestores etc) de cumprirem princípios mínimos de Responsabilidade Social, que incluem as melhores práticas de abrandar os impactos ambientais e de governança corporativa. Tais princípios serão divulgados publicamente nos primeiros meses do próximo ano.

✓ **Segurança.** Ingressar em investimentos cuja estrutura conte com garantias suficientes para minimizar o risco de perda de capital para a Petros.

✓ **Rentabilidade.** Os analistas da Petros utilizam-se de práticas e avaliações socialmente responsáveis. Procuram introduzir nas decisões de investimentos, parâmetros que levem em consideração o impacto dos aportes no bem-estar de seus participantes hoje e no período de usufruto dos seus benefícios, sem deixar de lado a métrica para a determinação da máxima rentabilidade, vis-à-vis o risco do investimento;

➔ **Ampliar a diversificação de investimentos no portfólio da Petros.** Com a previsão de contínua queda da taxa de juros básica no país no longo prazo, a ampliação se faz necessária. Assim, a ampliação dos recursos destinados à carteira de projetos ligados à infra-estrutura, fundos de Participação (*private equity*), fundos de empresas emergentes (*venture capital*), fundos mezanino (que mesclam renda fixa com renda variável), dentre outros, mostra-se como uma decisão racional de alocação ótima de recursos para maximização do retorno diante do risco total da carteira de investimentos da Petros.

✓ **Diversificação setorial.** Mais uma vez com o propósito de diversificar o risco, os investimentos em Fundos de Participação, Empresas de Propósito Específico, Debêntures ou outro veículo de investimento de longo prazo selecionados pela Petros terão como parâmetro a diversificação setorial.

4. MODALIDADES DE INVESTIMENTOS

DIRETRIZES GERAIS

Em decorrência da manutenção das perspectivas macroeconômicas básicas, que foram abordadas no cenário macroeconômico, este documento dá seqüência à estratégia de diversificação dos investimentos, que foi delineada nas Políticas de Investimentos para anos anteriores. Para todos os Planos, estamos mantendo a estratégia de alocar recursos em títulos de renda fixa privados (ou na forma de fundos) e em projetos ligados principalmente à infra-estrutura, sempre levando em consideração a relação de risco/retorno de cada ativo.

O Plano Petros/Sistema Petrobras, em decorrência das suas características, maturidade e percentuais atualmente alocados em renda variável, continuará aumentando a exposição no segmento, de forma segura, de acordo com as oportunidades.

Devido ao perfil atuarial e à situação de equilíbrio dos Planos Petros/Privatizadas, que requerem uma gestão com maior peso para a liquidez e baixa volatilidade da rentabilidade esperada, estamos mantendo a estratégia de redução gradual da alocação no segmento de renda variável. A maior parte das ações das Carteiras de Giro destes planos já está sendo paulatinamente vendida, aproveitando a forte liquidez do mercado. Este processo deverá ser reduzido a partir de 2008, devido à posição menos líquida das ações geridas pela área de participações da Petros. Após este processo, estaremos utilizando a estratégia de manter a exposição em renda variável estável. Um aumento de exposição no segmento tende a ocorrer apenas no caso de valorização dos ativos.

Em decorrência da baixa necessidade de liquidez do Plano Petros 2, que está no seu início, pretendemos manter a estratégia de alocar o maior volume possível de recursos em investimentos considerados de baixa liquidez e com alto potencial de rentabilidade, sempre dentro dos padrões de segurança e análise compatíveis com baixo risco de crédito, com padrões de gestão compatíveis com investimentos socialmente responsáveis. Deve-se notar que os limites estabelecidos para o Plano Petros 2 são bem elásticos por se tratar de um plano novo que teve seus primeiros aportes de recursos nos últimos meses de 2007.

4.1. RENDA FIXA

As Políticas de Investimentos para os planos do Sistema Petrobras e Privatizadas propõem a continuidade da ampliação da parcela de investimentos lastreados em risco de crédito privado, reduzindo a parcela dirigida a títulos públicos. Tais investimentos, caso efetuados por intermédio de veículos bem estruturados e a necessária avaliação do risco de crédito, ten-

dem a apresentar remuneração esperada bem mais elevada que títulos públicos, com eficientes relações risco/retorno. No caso dos Planos de Contribuição Definida e Plano Petros 2, também mantemos a recomendação de efetuarmos investimentos nestes ativos com risco de crédito privado.

Entre outros veículos de investimento em renda fixa, todos os planos poderão investir nos três principais Fundos de Investimento: multimercados moderados, multimercados multicarteiras e de liquidez. Nos moderados, os gestores estão comprometidos com uma rentabilidade-alvo de 105% da taxa Selic (taxa de juros dos Títulos Públicos de curto prazo), com taxa de performance acima de 102%. No caso dos multicarteiras, a meta de rentabilidade do gestor é de 108% da taxa Selic e taxa de performance paga acima de 104% do CDI, exigindo uma alta performance do administrador, que poderá utilizar o mercado de renda variável para executar operações de renda fixa com o objetivo de maximizar o retorno do fundo. Os fundos de liquidez têm como objetivo fazer frente às obrigações de curto prazo da Petros, conseqüentemente, sua meta de rentabilidade é de 100% da Selic.

O mecanismo de estímulo para otimização dos resultados financeiros dos gestores continuará sendo o pagamento da taxa de performance de 15% dos rendimentos que superarem o *benchmark* no caso dos fundos multimercado moderados e 20% dos rendimentos que superarem o *benchmark* nos fundos multimercados multicarteiras. Tais taxas de performance somente serão pagas se o *benchmark* superar a meta atuarial da Petros mais 0,5% a.a. (IPCA + 6,5% a.a.). Existe a possibilidade de a Petros administrar internamente, a partir de 2008, um fundo multimercado. Neste caso, apenas não serão permitidos investimentos em CDBs. Devido à perspectiva de rentabilidade de títulos de crédito privado e à estratégia de aumento do volume aplicado neste tipo de investimento, estamos formatando fundos ou carteiras de renda fixa voltados para crédito privado que investem em títulos com até três anos de prazo de vencimento, nos mesmos moldes dos fundos de investimentos multimercados já existentes. No caso dos fundos de liquidez, a gestão é praticamente da Petros e têm propósito de administrar o "caixa" da Fundação.

Entende-se que a terceirização se justifica em função de quatro fatores: **i)** diversificação de risco de gestão; **ii)** obtenção de uma rentabilidade maior, dada a competência específica dos gestores terceirizados em produtos lançados há poucos anos no mercado brasileiro; **iii)** a parceria com gestores terceirizados favorece a constante introdução de novas técnicas e informações de mercado, estimulando o aprimoramento contínuo das competências específicas dos

gestores internos da Petros, constantemente testados frente aos melhores profissionais do mercado brasileiro iv) pelo fato de a Petros operar com volume significativos para o mercado brasileiro, as taxas de administração pagas aos gestores terceirizados tendem a ser as menores do mercado.

Devido às novas condições de mercado, com redução do risco sistêmico da economia brasileira, e à existência de antigas posições na carteira, este documento estabelece limites para investimentos em renda fixa considerados como médio/alto risco de crédito, sempre aprovados pela Diretoria da Petros. Esses limites têm como objetivo propiciar aos gestores aproveitarem as oportunidades de bons investimentos diante do quadro macroeconômico interno cada vez mais equilibrado, que pode gerar investimentos abaixo do grau de investimento com eficientes relações risco/retorno.

4.2. RENDA VARIÁVEL

Em decorrência do cenário mais provável para os próximos cinco anos e graças aos bons resultados obtidos nos anos anteriores pelos gestores da Petros, estamos propondo manter a possibilidade de alocação de um percentual dos investimentos no segmento de Renda Variável para os Planos de Contribuição Definida e o Plano Petros 2.

Os Planos Petros/Sistema Petrobras e Petros/Privatizadas já têm um percentual de seus investimentos alocados no segmento e terão como estratégia as diretrizes descritas abaixo:

- Em decorrência do cenário de continuidade de ambiente favorável ao crescimento econômico com a perspectiva de redução da taxa real de juros no médio prazo, este documento mantém a estratégia para a Carteira de Giro elaborada, inicialmente, nas Políticas de Investimentos 2005/2009 – com a separação entre Carteira de Seleção e de Dividendos –, e também mantêm as Carteiras de Responsabilidade Social e de Novo Mercado. De fato, esta subdivisão da Carteira Seleção em três segmentos é um passo intermediário no sentido de a Petros cumprir a meta de manter em carteira apenas empresas comprometidas com Responsabilidade Social após o final de 2008.

- Na Carteira Seleção, as ações selecionadas serão aquelas consideradas pelos analistas da Petros como as melhores opções da Bovespa com perspectiva de 12 meses à frente. No caso da Carteira Dividendos, o foco permanece sendo empresas que possuam políticas de distribuição de dividendos consistentes no médio prazo, conseqüentemente, com menor exposição ao risco de mercado.

- Para a Carteira de Responsabilidade Social, serão selecionadas empresas que, além de oferecerem boas perspectivas de retorno, estão bem classificadas dentro da avaliação elaborada pela Gerência de Operações de Mercado, no que diz respeito

to aos quesitos de Responsabilidade Social. Para a Carteira de Novo Mercado, serão selecionadas empresas que sejam classificadas dentro do Novo Mercado da Bovespa. Ambas carteiras levam em consideração que empresas bem conceituadas nestes dois quesitos apresentam maior sustentabilidade da rentabilidade no longo prazo. Dentro dessa estratégia, procuraremos parcerias com fundos de pensão e gestores que possuam competências específicas voltadas para essas áreas, com o objetivo de potencializar a rentabilidade da Petros nos próximos anos.

- Para a Carteira de Participações - Ações, continuaremos com a política de ampliação da liquidez dos papéis das empresas nas quais a Petros tem participação e de defesa – por parte de nossos conselheiros e membros dos comitês de investimentos – dos princípios de Investimento Socialmente Responsável, com destaque para as boas práticas de governança corporativa. Dentro dessa estratégia, será possível ampliar essa carteira, diminuindo os riscos dos investimentos da Petros no longo prazo.

- Continuaremos buscando oportunidades de investimento que proporcionem uma rentabilidade mais alta que a oferecida pelos títulos públicos, reforçando a necessidade de ampliação da participação em veículos de investimento onde a gestão é compartilhada com outras instituições que têm os mesmos interesses no longo prazo. Neste contexto, a Petros dará continuidade à aplicação de recursos em Fundos de Participações (FIP - *Private Equity*) e Fundos Mútuos de Investimentos em Empresas Emergentes (FMIEEs - *Venture Capital*).

- 2008 poderá ser marcado por boas oportunidades para investimento em Parcerias Público-Privada (PPPs), que é um tipo de concessão de serviços públicos por meio de Sociedades de Propósito Específico, com garantias do setor público para determinadas variáveis vitais para o empreendimento, com o objetivo de gerar atratividade para os investidores privados. Desde que tenham marcos regulatórios seguros, nossa proposta consiste na possibilidade de investir em projetos de infraestrutura por meio de Fundos de Participações (FIPs - *Private Equity*) e Empresas de Financiamento de Projetos (ações ou títulos emitidos por Sociedades de Propósito Específico). As características dos investimentos em infra-estrutura são apropriadas ao perfil de compromissos de longo prazo dos fundos de pensão pelas seguintes características básicas: baixo risco de mudança tecnológica; alta previsibilidade das receitas futuras; baixo risco de mercado; e, taxas de retorno atrativas vis-à-vis o risco, além do potencial de gerar o bem-estar para os participantes e assistidos e a possibilidade de usufruírem de seus benefícios futuros em uma sociedade econômica e socialmente mais desenvolvida e ambientalmente sustentável.

A nova possibilidade criada pela Resolução CMN 3456/07 é o investimento em Fundos de Multimercados (*hedge funds*) em que o gestor do fundo poderá realizar operações *day-trade*, utilizar derivativos que gerem exposição superior a uma vez o seu patrimônio, operações a descoberto com derivativos, aplicar recursos no exterior e alugar, sem restrições, ativos de sua carteira – diferentemente dos fundos multimercado "tradicionais" que a Petros investe e que são enquadrados no seguimento de renda fixa. Devido ao bom potencial de rentabilidade, e por representar uma nova opção de diversificação das carteiras de investimentos dos planos previdenciários sob responsabilidade da Petros – que tende a aplacar os riscos pela redução da correlação entre os ativos –, sugerimos que todas as Políticas de Investimentos incluam limites para esse tipo de investimento. Apesar de ter sido permitido apenas em julho de 2007 pelo CMN, as estratégias desenvolvidas por esse tipo de fundo são comuns aos investidores que não são Entidades Fechadas de Previdência Complementar há vários anos. Seguindo os mesmos princípios dos demais gestores terceirizados, a aplicação ocorrerá em fundos a partir de um processo que avalie a eficiência dos gestores, especialmente por meio do histórico de resultados, e diversificação do risco de gestão, liquidez, rentabilidade e segurança com a aplicação de princípios de investimentos socialmente responsáveis.

4.3. IMÓVEIS

No que tange ao segmento de imóveis, estamos dando prosseguimento ao que fora aprovado no Plano de Enquadramento da Petros, para os Planos Petros/Sistema Petrobras e Privatizadas e nas Políticas de Investimentos de anos anteriores. Este documento mantém como diretriz a continuidade do processo de reavaliação de toda a carteira de empreendimentos imobiliários do Plano Petros/Sistema Petrobras e Privatizadas. Dessa forma, por meio da metodologia que é usada pela SPC, a carteira de imóveis do Sistema Petrobras e Privatizadas tende a reduzir nos próximos anos dado o crescimento relativo das demais.

Além disso, é proposto para todas as políticas de investimento que os investimentos em imóveis sejam prioritariamente por instrumentos do mercado de capitais, como é o caso dos investimentos feitos diretamente ou indiretamente (por meio de fundos) em Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), Cédulas de Crédito Imobiliário (CCIs), cotas de Fundos Imobiliários ou ações, dada a abertura de capital de várias empresas especializadas no setor ao longo dos últimos anos. No caso dos Certificados ou das Cédulas, oferecem como garantia um imóvel, o aluguel, ou a prestação de um financiamento imobiliário

(que pode já estar pronto – performado – ou em fase de construção – não-performado), mas a rentabilidade recebida pela Petros tem características de renda fixa, sendo independente dos resultados correntes do empreendimento. Para efeito de classificação da SPC, os CRIs e os CCIs são classificados como renda fixa e as ações como renda variável, podendo aparentar redução dos investimentos no setor imobiliário, embora não seja o caso.

4.4. EMPRÉSTIMOS

Dadas às complexidades do empréstimo imobiliário, estabelecemos como diretriz que os planos administrados pela Petros não invistam neste segmento. Entretanto, foram estabelecidas parcerias com vários bancos para que reduzissem ao máximo os custos de aquisição da casa própria para os participantes e assistidos e não colocasse em risco a segurança do patrimônio da Fundação no longo prazo. Devido à significativa melhora macroeconômica do país, há convênios, em especial com a Caixa Econômica Federal, onde os participantes e assistidos podem conseguir empréstimo a um custo abaixo da meta atuarial, que é a menor taxa (mais custos administrativos) permitida pela legislação a ser cobrada por uma Entidade Fechada de Previdência Complementar.

No caso dos empréstimos comuns, continuaremos a política de oferecer a menor taxa possível permitida pela legislação (meta atuarial mais custos administrativos), que favorece ao tomador do empréstimo sem colocar em risco a rentabilidade necessária para o cumprimento das obrigações com os beneficiários da Petros, para os Planos Petros Sistema Petrobras e Privatizadas. Para os demais participantes, abriremos esta possibilidade na medida em que seus respectivos planos tenham um patrimônio compatível com esta modalidade de investimento.

Para todos os planos, estabeleceremos percentuais de alocação entre zero e 15% (máximo permitido pela Resolução CMN 3456/07) para este segmento, pois a decisão depende da capacidade e da necessidade dos participantes tomarem empréstimos, não se configurando uma meta para os gestores de investimento da Petros. Assim, cabe-lhes apenas preocuparem-se com o limite máximo, após a decisão das regras de empréstimo dadas pelo Conselho Deliberativo ou pelos Comitês gestores dos planos. Dada às garantias de baixa inadimplência, a relação risco/retorno tende a ser favorável para os resultados das carteiras de todos os tipos de planos sob responsabilidade da Petros.

O texto original foi elaborado pela Assessoria de Planejamento de Investimento (API) da Petros e está disponível, na íntegra, no portal (www.petros.com.br)

DIRETRIZ GLOBAL

PLANO PETROS/SISTEMA PETROBRAS

Investimentos	% Invest.	2008/2012	
		% Mínimo	% Máximo
TOTAL RENDA FIXA	61,31%	55,00%	73,00%
TOTAL RENDA VARIÁVEL	33,15%	20,00%	40,00%
TOTAL IMÓVEIS	2,51%	0,00%	4,00%
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	3,03%	0,00%	15,00%

PLANO PETROS/PRIVATIZADAS

Investimentos	% Invest.	2008/2012	
		% Mínimo	% Máximo
TOTAL RENDA FIXA	54,34%	30,00%	100,00%
TOTAL RENDA VARIÁVEL	32,34%	0,00%	50,00%
TOTAL IMÓVEIS	6,04%	0,00%	8,00%
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	7,28%	0,00%	15,00%

PLANOS DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

Investimentos	% Invest.	2008/2012	
		% Mínimo	% Máximo
RENDA FIXA	96,53%	45,00%	100,00%
RENDA VARIÁVEL	0,00%	0,00%	50,00%
IMÓVEIS	0,00%	0,00%	1,00%
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	3,47%	0,00%	15,00%

PLANO PETROS 2

Investimentos	% Invest.	2008/2012	
		% Mínimo	% Máximo
RENDA FIXA	100,00%	45,00%	100,00%
RENDA VARIÁVEL	0,00%	0,00%	50,00%
IMÓVEIS	0,00%	0,00%	1,00%
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	0,00%	0,00%	15,00%